



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CASO HOSPITAL CIRURGIA **Jornal da Cidade - 23/01/2016**

PMA garante pagamento de R\$ 4,8 mi

Representantes do Hospital de Cirurgia, do Sindicato dos Trabalhadores na Área da Saúde do Estado de Sergipe (Sintasa) e da Associação dos Funcionários e Amigos da unidade (Asfa) compareceram ao Ministério Público Estadual (MPE) na manhã desta sexta-feira, 22, para tratar de aspectos relacionados ao não pagamento do salário de dezembro dos servidores da unidade de saúde.

A inadimplência implicou no descumprimento de um termo de ajustamento de conduta (TAC) no qual a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) assumiu o débito junto ao hospital no valor aproximado de R\$ 4,8 milhões e se comprometeu a efetivar o repasse financeiro até 29 de fevereiro.

Através do TAC, a prefeitura ainda foi obrigada a efetuar até o dia 20 de janeiro o pagamento de duas parcelas em aberto estimada em quase R\$

1,2 milhão, correspondente a débitos que deveriam ser honrados com recursos próprios do município.

Conforme pagamento efetivado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), orçado em quase R\$ 1,2 milhão, a direção do Cirurgia se responsabilizou por pagar os salários de dezembro no último dia 12 e o 13º salário até o dia 20, sendo este último pendente até a presente data, o que ocasionou a suspensão das atividades profissionais no Cirurgia na quinta-feira, 21.

De acordo com o diretor do hospital, Gilberto Santos, a intermediação feita pelo MPE é crucial para que se tenha um entendimento global do problema. “Ainda estamos dependendo de algumas respostas por parte do município, preponderantemente, e dos sindicatos para a retomada das atividades dos servidores do Ci-

urgia. A expectativa é de que consigamos equacionar esse problema. Quanto aos atrasos, eles remontam hoje, inclusive com valores indenizatórios, a R\$ 2,6 milhões”, ressaltou o gestor, mostrando-se reconhecedor do esforço do município para cumprir o TAC.

Segundo o promotor de Justiça Fábio Viegas, da 9ª Promotoria do Cidadão de Aracaju, a execução do TAC permanece, conforme convenção multa de 10% do valor do débito em caso de inadimplência total ou parcial. “O município alega não possuir fundo financeiro para repasse, responsabilizando-se pelo pagamento da dívida junto ao Hospital de Cirurgia na próxima segunda, 25, situação que estamos tentando reverter em função das festividades alusivas à prévia carnavalesca na capital”, destacou Viegas.

O presidente do Sintasa, Augusto Couto, enfatiza que perma-

nerá no MPE até que definições sejam dadas para as pendências financeiras mais imediatas, para fins de pagamento.

“Após a definição dos prazos, avisamos ao MPE que, em caso de descumprimento, paralisaríamos as atividades no Hospital de Cirurgia por tempo indeterminado. Temos 1.300 servidores na unidade de saúde e mantendo 50% em atividade, em função da superlotação dos pacientes. A equipe que se manifesta, por sua vez, não se apõe ao auxílio em caso de mutirão de ajuda com sistema de revezamento”, declarou o sindicalista, ao lado do presidente da Associação dos Funcionários e Amigos da unidade (Asfa), José Cícero de Souza, que destaca a inviabilidade de acordos junto aos servidores, referentes a novos prazos para pagamento, em função do descumprimento do TAC. *(Portal Infonet)*